



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Milton Alves Júnior

miltonalvesjunior@proadoclas.com.br

Com uma emissão superior a dois milhões de cartões do Sistema Único de Saúde (SUS), por parte da Prefeitura de Aracaju, a capital sergipana se tornou um dos destinos preferidos por sergipanos que desejam realizar exames médicos ou dar início a tratamentos. Ao todo, além das unidades hospitalares, são exatas 43 Unidades de Saúde da Família (USF) que diariamente atendem a pacientes de outros estados, a exemplo da Bahia, Alagoas e Pernambuco. Considerado um dos problemas mais agravantes do Brasil, a saúde pública em Sergipe também passa por altos e baixos e a resposta para esse caos seria a superlotação nos serviços de pronto atendimento.

Avaliando o caos como uma desordem pública e falta de administrações de qualidade, o médico Josué Mecêdo da Fonseca, com mestrado na área de saúde estatal, disse que a perspectiva de futuro continua não sendo das melhores nos próximos dez anos para o país. Segundo o especialista, bons profissionais atuam na gerência de postos de saúde e hospitais, mas a corrupção ativa de terceiros contribui diretamente para que o problema se torne difícil de ser solucionado com êxito. A falta de insumos, novas unidades e baixa quantidade de profissionais contribuem com o descaso.

"A quantidade de cartões nos assusta. Emitidos mais de dois milhões em uma cida-

de com pouco mais de 580 mil habitantes é de se estranhar, mas como bem exige a constituição, não se deve negar assistência médica para nenhum cidadão. O problema é que faltam remédios, mais unidades de atendimento e médicos para atender a todos", disse.

Outro aspecto que pode influenciar para a superlotação dos hospitais públicos foi a aprovação da portaria nº 763, de 20 de julho de 2011, quando a Agência Nacional da Saúde determinou o uso do cartão SUS para todos os cidadãos, inclusive aqueles que possuem algum plano particular de saúde.

Questionado sobre esta portaria, Macêdo alegou não ser a 'raiz' do retrocesso assistencial. "Nossa população aumentou na última década, e com ela o número de pacientes. Com essa determinação federal, mesmo os planos

SUS de Aracaju tem 2 milhões cadastrados

V
Cidades

Journal do Dia

7

DOMINGO E SEGUNDA, 28 E 29 :: ABRIL :: 2013



OS HOSPITAIS PÚBLICOS DE ARACAJU, COMO O HUSE, ATENDEM PACIENTES DE TODOS OS ESTADOS DO NORDESTE

particulares repassando financeiramente o valor do atendimento, necessita-se de imediato a construção de novas USF e uma atuação mais rígida de órgãos de fiscalização para tentar coibir os desvios", pontuou.

Município - No início desse ano, na tentativa de agilizar o serviço de atendimento, a Secretaria Municipal de Saúde implantou o E-SUS, um banco de dados que visa unificar todas as informações dos pacientes e que substituiu o antigo Sistema de Informação a Atenção Básica.

Para Goretti Reis, secretária municipal de Saúde, o novo sistema deve facilitar a comunicação com toda a rede, pois até o último mês de fevereiro o sistema era individualizado. A agilidade no serviço pode contribuir para um 'descongestionamento' nas filas de espera. "Muitas vezes você tem o su-

bregistro, sem dado real, e você não tem dado fidedigno.", afirmou.

Já para a diretora de atenção básica da SMS, Lene Carvalho Machado, esse novo sistema pode terminar com os problemas do cartão SUS. "Existem usuários com mais de um cartão e que temos moradores de outros municípios que não são residentes em Aracaju. Estamos trabalhando para regularizar esse cadastro e qualificar o nosso atendimento".

Mostrando preocupação, a promotora de justiça Euza Missano disse que apesar da crise da saúde ser registrada em todo o país, os administradores sergipanos devem se conscientizar na tentativa de fornecer uma assistência mais qualificada para os sergipanos. "No sistema SUS, nós temos que fortalecer cada vez mais a base, ou seja, as unidades básicas de saúde, a assistência primária, que é aquela atenção que deve ser dada ao usuário do sistema antes que ele adoça. Sergipe não é diferente do resto do país. No final do ano de 2012, nós tivemos uma situação de piora considerável", disse.

De acordo com a assessoria de comunicação do Ministério Público Estadual, em menos de um ano o órgão já ajuizou mais de cinco ações civis públicas em decorrência de problemas no SUS de Sergipe. Todas as semanas, o MPE, através da Promotoria de Direitos à Saúde, realiza audiências públicas com o objetivo de resolver impasses administrativos sem chegar ao ponto de buscar o recurso da ACP. Apesar das constantes reuniões, outras ações podem ser ajuizadas contra os governos estadual e municipal nos próximos 60 dias úteis.